

Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): Nova emigração e mudança de identidades¹

Stefan Rinke*

Resumo: O trabalho trata a emigração alemã para o Brasil durante a República de Weimar e descreve as políticas de germanidade, em cujo ponto central residem as escolas em que se falava o alemão. Também serão discutidos os debates sobre estas questões na Alemanha e no Brasil. Em seguida, serão investigadas as relações dos “alemães no exterior” (Auslandsdeutsche) com a República de Weimar e com seus símbolos.

Palavras-chave: imigração alemã, germanidade, identidade

Abstract: The article discusses German emigration to Brazil during the Weimar Republic and portrays the policies of Germanness with an emphasis on German schools. The debates about these issues in Germany and Brazil are also described. Finally the article analyzes relations between the Auslandsdeutsche and the Weimar Republic and its symbols.

Keywords: German immigration, germanness, identity

As relações teuto-brasileiras transformaram-se, no decorrer do século XIX e início do século XX, num importante pilar de relações transatlânticas. Especialmente depois da fundação do império, os interesses alemães na América Latina desenvolveram-se de forma dinâmica, e o Brasil era, nessa altura, uma das áreas de maior interesse. Em troca, a Alemanha oferecia um mercado importante, interessante e crescente para os produtos brasileiros de exportação, principalmente para o café. Intercâmbio comercial, empréstimos e investimentos diretos indicavam altas taxas de crescimento. As empresas de transporte marítimo construíam continuamente suas linhas de tráfego entre estes dois países².

As relações entre ambos os países, contudo, delineavam-se já desde antes através de um aspecto especial, que às vezes obscurecia os desenvolvimentos positivos fundamentais e o crescente entrelaçamento através da vaidade no comércio mundial: a emigração alemã para o Brasil. Antes ainda da independência do Brasil, tivera início o recrutamento de colonizadores alemães, que já havia atingido seu primeiro ponto alto nos anos de 1820³. Todavia, a emigração em massa ocorreu de forma reconhecida apenas a partir da primeira metade do século, e continuou aumentando até a Primeira Guerra Mundial⁴. Este movimento populacional, comparado às correntes migratórias rumo aos Estados Unidos⁵, foi, de fato, muito pequeno.

Com o passar do tempo, a forma especial de colonização e o modo de vida de muitos destes imigrantes passou a causar exasperação. Com o nacionalismo brasileiro em ascensão, intensificava-se a crítica a um grupo de imigrantes, acusados de se isolarem em seus territórios de colonização no sul do país e de não empreenderem nenhum tipo de esforços para assimilação. Este suposto isolamento do ambiente brasileiro era, do ponto de vista dos nacionalistas no império alemão, uma força decisiva dos alemães que viviam no Brasil. Ao contrário daqueles que haviam emigrado para os Estados Unidos, os alemães do Brasil não eram considerados *Kulturdünger*⁶, mas sim mantinham sua germanidade (*Deutschtum*). Do ponto de vista da direita extremista organizada na Liga Pangermânica (*Alldeutscher Verband*) na Alemanha que sempre permaneceu uma minoria, eram justamente estes “alemães no exterior” (*Auslandsdeutsche*)⁷ no Brasil que constituíam uma vanguarda para os planos de expansão – nascia aí a idéia de uma “nova Alemanha” no Brasil⁸.

Com a derrota na guerra em 1918, tais pensamentos se tornaram utópicos. Apesar disso, os chamados “alemães no exterior”, por uma série de motivos,

¹ Tradução: Stefano Paschoal. Revisão técnica: Méri Frotscher.

* Professor Titular de História da América Latina, Universidade Livre de Berlim, Instituto de Estudos Latino-Americanos (LAI). E-mail: rinke@zedat.fu-berlin.de

² Um bom esboço pode ser visto também em BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien, 1889-1914*. Köln - Wien, Böhlau. 1971 e em FIEBIG-VON HASE, Ragnhild. *Lateinamerika als Konflikttherd der deutsch-amerikanischen Beziehungen, 1890-1903. Vom Beginn der Panamerikapolitik bis zur Venezuelakrise von 1902/03*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht. 1986.

³ Para o contexto geral vide RINKE, Stefan. *Der letzte freie Kontinent. Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen*. Stuttgart, Heinz. 1996. SEYFERTH, Giralda. La inmigración alemana y la política brasileña de colonización. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos* 10 (1995). p. 53-75.

⁴ RIBEIRO HOFFMANN, Andrea. A imigração alemã e seu impacto nas relações comerciais Brasil-Alemanha, 1815-1871. In: *Contexto internacional* (Rio de Janeiro) 23 (1/2001). p. 133-166. CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation. Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul, Gráfica Léo Quatke da UNISC. 1995. CUNHA, Jorge Luiz da. Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil. In: *Fronteiras. Revista de história* (Florianópolis) 6 (1998). p. 7-17. ROCHE, Jean. *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine. 1959.

⁵ Para um estudo comparativo do complexo geral vide RINKE, Stefan. Die deutsche Auswanderung nach den Amerikas im langen 19. Jahrhundert. Eine vergleichende Analyse. In: Waltraud Schreiber (ed.). *Der Vergleich – Eine Methode zur Förderung methodischer Kompetenzen*. Neuried, Ars Una. 2005. p. 195-222.

⁶ Por volta de 1900, advertiu-se com a palavra “Kulturdünger” do perigo de que os emigrantes alemães, trazendo a cultura e civilização para o mundo, poderiam perder a sua germanidade.

⁷ Na língua da época, a palavra “Auslandsdeutsche” abrangia todos os alemães e os seus descendentes que moravam no exterior e não tinham a cidadania alemã. O característico geral dos “Auslandsdeutsche” era o “Volkstum” alemão, ou seja a germanidade: a mesma descendência, a mesma língua, as mesmas costumes e tradições e a mesma cultura. “Reichsdeutsche” eram cidadãos do Império Alemão.

⁸HELL, Jürgen. Der Griff nach Südbrasilien. Die Politik des Deutschen Reichs zur Umwandlung der drei brasilianischen Südstaaten in ein überseeisches Neudeutschland. Rostock, Diss. 1966. Hell formulou esta tese de forma exageradamente fiel aos exemplos da historiografia da República Democrática Alemã. GERTZ, René Ernaini. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. In: *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* 7 (01/1996). p. 85-105.

⁹ Vide nota 3.

¹⁰ Vide BICKELMANN, Hartmut. *Deutsche Überseeauswanderung in der Weimarer Zeit*. Wiesbaden, Steiner. 1980. ROCHE, op. cit. ILLI, Manfred. *Die deutsche Auswanderung nach Lateinamerika. Eine Literaturübersicht*. München, Fink. 1977.

¹¹ TOBLER, Hans Werner; WALDMANN, Peter. German Colonies in South America. A New Germany in the *Cono Sur*? In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 22 (1980). p. 227-244. BLANCPAIN, Jean-Pierre. Des visées pangermanistes au noyautage hitlérien. Le nationalisme allemand et l'Amérique Latine (1890-1945). In: *Revue Historique* 281 (1989). p. 433-482. GERTZ, René Ernaini. *O aviador e o carroceiro. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2002.

¹² Referente aos valores de 1846 a 1918 vide KELLENBENZ, Hermann; SCHNEIDER Jürgen. La emigración alemana a América Latina desde 1821 hasta 1930. In: *Jahrbuch für Geschichte ... Lateinamerikas* 13 (1976). p. 394.

¹³ Imigrantes alemães para o Brasil: 1919: 71, 1920: 798, 1921: 7.538, 1922: 5.261, 1923: 8.920, 1924: 21.016, 1925: 4.017, 1926: 3.302, 1927: 2.212, 1928: 1.506, 1929: 1.324, 1930: 1.167, 1931: 765, 1932: 646. Quellen: *Statistik des*

assumiu, na discussão pública na Alemanha depois da guerra, um significado desconhecido até então. No aspecto econômico, cultural e de prestígio político, atribuiu-se aos cidadãos do Império Alemão (*Reichsdeutsche*) que viviam no exterior e aos descendentes de alemães uma função de mola mestra da nova ascensão da Alemanha como força mundial e como compensação dos instrumentos da política de poder que havia sido perdida. Isto valia principalmente para os alemães no “último continente livre”, a América Latina, cujas colonizações, na opinião de alguns contemporâneos, deveriam oferecer uma substituição informal para os territórios perdidos. Com esta argumentação, esses alemães e descendentes foram similarmente definidos como os portadores das relações internacionais. Segundo a interpretação da época, era realmente necessário manter a relação com a língua e a cultura alemãs, o chamado *Volkstum*⁹ destes “alemães no exterior”. Deste prisma, eles se tornaram, ao mesmo tempo, o grupo-alvo de uma política de germanidade.

A base da política de germanidade foi a emigração alemã que, depois do fim da Primeira Guerra Mundial, assumiu mais uma vez a forma de uma “onda” e alcançou seus números mais altos. Isto será apresentado a seguir, de forma panorâmica¹⁰. Em seguida, será esboçada, de forma geral, a discussão contemporânea sobre a germanidade no exterior (*Auslandsdeuschtum*) e, de forma específica, no Brasil. Com isto, serão analisados os argumentos mais importantes dos entusiastas da germanidade, mas também os problemas, já conhecidos pelos contemporâneos, da manutenção da germanidade num ambiente determinado pela crescente pressão aculturadora. No cerne da política da germanidade figuravam também as escolas em que se ensinava em língua alemã. Posteriormente, serão investigadas as relações dos “alemães no exterior” com a República de Weimar e com seus símbolos¹¹.

Depois da Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma onda de emigração alemã para a América Latina que, numericamente, ultrapassou muito àquela ocorrida no século XIX¹². O Brasil, durante a República de Weimar, com mais de 58.000 alemães, segundo as estatísticas governamentais, tornava-se novamente o principal alvo da emigração alemã para a América Latina e, com isto, o segundo alvo mais importante da emigração alemã além-mar, perdendo apenas para os Estados Unidos. Depois de 1924, o número de emigrantes retrocedeu, de fato, continuamente, e atingiu seu ponto mais baixo durante a crise econômica mundial¹³. Um motivo para este desenvolvimento foi a política estadunidense de proibições e cotas de imigrações da Alemanha. A isto adveio a ação propagandística de uma série de sociedades de emigração. Concomitantemente, houve inúmeros motivos de ordem interna, na Alemanha, que remetem à sua saída da guerra. A tendência que se ajustava, durante a fase de estabilização, a uma diminuição da emigração alemã além-mar desde 1924, tornou-se, de fato, mais forte, durante a crise econômica mundial, uma vez que os países considerados alvo de imigração no além-mar sofriam tanto quanto o império alemão os impactos da crise e que, além disso, decretavam graves restrições à imigração¹⁴.

Os governos alemães avaliavam negativamente a emigração, considerando-a uma perda para a economia alemã. Em princípio, a Constituição da República de Weimar (Art. 6/112) assegurava o livre arbítrio para a emigração. Além disso, tinha ainda valor a Lei de 1897 a este respeito, que condicionava o transporte dos emigrantes a uma concessão. Uma política estatal ativa de emigração não foi ponderada e, por questões financeiras e conflitos políticos externos, sequer aventada¹⁵. O órgão competente para o aconselhamento de emigrantes concentrava seus esforços em advertir sobre problemas e dissuadir da emigração. Somente como *ultima ratio* é que deveria ser dito ao emigrante, que ele continuava sendo útil para “a pátria”:

Para isto procurar-se-á conduzir [sic] os emigrantes para localidades, nas quais lhes sejam oferecidas, no que concerne à saúde, aspecto econômico, social e cultural, perspectivas favoráveis para seu progresso e nas quais haja, ao mesmo

tempo, a possibilidade de conservarem, salvo suas obrigações para com sua nova pátria, a afetuosidade à pátria-mãe através do cultivo da língua alemã, do modo de pensar e dos costumes alemães. Espera-se, por motivos econômicos, que os emigrantes alemães sejam enviados, tanto quanto possível, apenas para aqueles lugares onde eles continuem sendo compradores de mercadorias alemãs, sem que, através de sua produção de bens, prejudiquem a economia de sua pátria através da concorrência¹⁶.

Entre estes lugares prediletos estava também o Brasil. Foram designados assessores para a embaixada no Rio de Janeiro, a cujas tarefas, ao lado do auxílio aos emigrantes e da organização das sociedades de “alemães no exterior”, contava o reconhecimento de promissores projetos de colonização. Além disso, a autoridade governamental, já em 1919, fazia, sem sucesso, interpelações aos grandes bancos alemães por causa de cobrança de capital para a tributação da inevitável emigração em colônias fechadas, através de novos empreendimentos para a colonização¹⁷.

Em comunicados oficiais, os representantes governamentais se posicionavam conscientemente contra isso, de modo a não permitir que fosse levantada qualquer suspeita de uma política de emigração alemã. O conceito do “perigo alemão”, utilizado com sucesso no Brasil contra a Alemanha pela propaganda dos Aliados, durante a Primeira Guerra, não deveria mais pesar sobre a política externa no futuro¹⁸.

Em oposição à atitude da autoridade governamental estavam as companhias de navegação, interessadas na emigração por questões de lucro. As empresas foram apoiadas pelo comércio e pelos senados das cidades hanseáticas em suas reivindicações pela revogação de todos os obstáculos à emigração. Paralelamente a isto, muitas sociedades de colonização e sociedades de emigração defendiam uma avaliação positiva da emigração e de seu fomento. Faziam parte destas empresas, com a mesma frequência, investidores “alemães no exterior” e a economia hanseática, estritamente ligada a eles¹⁹.

A emigração alemã devia contribuir para restaurar a reputação da Alemanha no além-mar. As exigências feitas aos emigrantes, contudo, foram definidas, segundo a orientação política, de outra forma. As reivindicações dos grupos de interesse foram asseguradas na discussão contemporânea acerca da questão da emigração através de argumentos que já haviam encontrado grande expansão anteriormente, mas que, desde a virada do século, devido ao número decrescente de emigrantes, haviam se tornado menos importantes. Por questões históricas de cunho econômico e ideológico, os emigrantes deveriam manter a germanidade. Entusiastas expansionistas viam na emigração pós-guerra um reforço para os “alemães no exterior”, considerada a mola propulsora do comércio exterior e a substituição das colônias perdidas.

Tal instrumentalização da emigração parecia ser possível apenas onde a pressão pela assimilação era pouco acentuada, e onde pudessem ser construídas estruturas fechadas de colonização. No decorrer da discussão sobre a emigração, a ideologia *völkisch*²⁰ ganhava cada vez mais importância. Assim relatou mais ou menos o cônsul em Curitiba, no final do ano de 1931, “O Paraná é o lugar sem povo” para o “povo (alemão) sem lugar”²¹. Desde 1930, as repartições públicas entrevistaram com o objetivo de fomentar e de conduzir a emigração de desempregados para colonizações grupais no Brasil²².

Em oposição a determinados grupos de interesse na Alemanha, os representantes diplomáticos alemães no Brasil reivindicaram repetidas vezes uma ação cautelosa quanto ao incentivo da germanidade, e que se evitasse qualquer possibilidade de interferência nas questões internas do país. Um levante em São Paulo (1924), por causa da participação de emigrantes alemães, teve conseqüências negativas para a política da germanidade, já que trouxe à tona velhos medos relacionados ao “perigo alemão”. Nos desdobramentos, mostrou-se o quão reduzido era o espaço diplomático quando se tratava de usurpações a “alemães no exterior”, por causa da sensibilidade das autoridades federativas e nacionais²³.

Deutschen Reiches, Bd. 360, *Die Bewegung der Bevölkerung in den Jahren 1925 bis 1927*. Berlin 1930. p. 229. BICKELMANN, op. cit., p. 143, 149.

¹⁴ BADE, Klaus J. *Arbeitsmarkt, Bevölkerung und Wanderung in der Weimarer Republik*. In: STÜRMER, Michael (ed.). *Die Weimarer Republik. Belagerte Civitas*. Königstein, Athenäum. 1985. p. 165. BICKELMANN, op. cit., p. 19-36.

¹⁵ BICKELMANN, op. cit., p. 54-57, 91-107, 119-120. BADE, op. cit., p. 166, 171.

¹⁶ Citação: Bundesarchiv, Bestand Auswärtiges Amt (nas próximas notas usar-se-á a abreviatura: BA, AA), 29659, Oberregierungsrat W. Jung, Reichswanderungsamt, “Allgemeine Richtlinien für die Auskunfterteilung und Beratung Auswanderungslustiger” (Oktober 1919).

¹⁷ BA, AA 29706, AA an den Vorsitzenden des Beirats für das Auswanderungswesen und Direktor der handelspolitischen Abteilung des AA Karl Edler von Stockhamern (31.12.1919), anbei “Denkschrift betr. die Ziele der zukünftigen deutschen Auswanderung”.

¹⁸ Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes (nas próximas notas usar-se-á a abreviatura PAAA), 79963, Gesandter Carl von Erckert, Aufzeichnung für das Interview des Reichsministers mit dem Vertreter der United Press (November, 1920).

¹⁹ Sobre a concessão de linhas de tráfego marítimo, vide PADE, Werner. *Deutschland und Argentinien 1917/18-1933. Studien zur Expansion des deutschen Kapitals nach Lateinamerika in der Weimarer Republik* Rostock, Diss. 1971. p. 55. BICKELMANN, op. cit., p. 100-107. Sobre os recomendações de emigração, vide ibidem, p. 54, 59. Dentre os críticos destaca-se SKALWEIT, August. *Die europäische Auswanderung in Südamerika*. Leipzig, Quelle & Meyer. 1928. p. 13.

²⁰ “Völkisch” é uma noção coletiva para sociedades e partidos alemães de orientação nacionalista, racista, anti-semita e neo-pagã-religiosa, os quais, desde a segunda metade do século XIX, mostravam-se no Império Alemão. São considerados os antecessores do nacional-socialismo.

²¹ BAP, AA, 44649, Konsul Ludwig Aeldert an AA (Curitiba, 23.12.1931).

²² A este respeito, vide PAAA, 67108, Konsul A. Dittmar an AA

(Florianópolis, 11.4.1931), Anlage: Dittmar, Generalkonsul C. Walbeck und Regierungsrat a.D. F. Lange, Auswanderungssachverständiger für Südamerika, "Gedanken und Vorschläge zur Siedlungspolitik"; ibidem, Knipping an AA (Rio de Janeiro, 6.1.1932); PAAA, 67111, AA an Aeldert, Curitiba (16.1.1933).

²³ PAAA, 60027, Plehn an AA (Rio de Janeiro, 30.1.1922), Anlage: "Die Lage des Deutschtums in den Staaten Santa Catharina und Parana". Zum Glückwunschtelegramm: PAAA, 78932, Plehn an AA (Rio de Janeiro, 10. und 27.8.1924); ibidem, Staatssekretär Ago von Maltzan an Rio de Janeiro (13.9.1924).

²⁴ PAAA, 60027, Gesandter Hubert Knipping an AA (Rio de Janeiro, 30.11.1925); PAAA, 79004, Legationssekretär Krauel, Aufzeichnung, "Über die Notwendigkeit und Möglichkeiten deutscher kultureller Werbearbeit in Brasilien" (Rio de Janeiro, 25.3.1927). AMMON, Wolfgang. Hebung deutschen Kultureinflusses in Südamerika. In: *Deutsche Rio-Zeitung* (5.5.1924). Zur Teilnahme der Auslands-deutschen am politischen Leben s. BLANCPAIN, op. cit., p. 455. ROCHE, op. cit., p. 551-575.

²⁵ Citação: SCHWALB, Willi. *Die Assimilationsfrage im Problem der nationalen Minderheiten mit besonderer Berücksichtigung der Erklärung des brasilianischen Völkerbundsgesandten Mello Franco*. Würzburg, Diss. 1931. p. 11. Sobre a crítica a Melo Franco, vide ibidem, passim. SCHREIBER, Georg. Das Auslandsdeutschtum als Kulturfrage, Münster, Aschendorff, 1929, p. 85-86. Sobre os contextos, vide SCHOT, Bastiaan. *Nation oder Staat? Deutschland und der Minderheitenschutz*. Zur Völkerbundspolitik der Stresemann-Ära. Marburg, J.G. Herder-Institut. 1988. p. 16-17, 166-173.

²⁶ MAYNTZHUSEN, Friedrich Christian. Ziele der deutschen Kolonisation in Südamerika. In: *Mitteilungen der Ibero-amerikanischen Gesellschaft* 1 (1918). p. 600.

²⁷ BAP, AA, 29659, Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande an AA (22.1.1919).

²⁸ ROHRBACH, Paul. *Bei den Deutschen in Lateinamerika. Ein Reisebericht*. Berlin, Politik & Wirtschaft. 1922. p. 9.

Apesar de suas forças econômicas e quantitativas, os alemães e descendentes de alemães mal dispunham de influência política. Como medida política da germanidade foi reivindicado, por isso, que se superasse a participação tradicionalmente fraca na política brasileira e que se evoluísse de uma defesa passiva das tendências antigermânicas para uma representação ativa de interesses. Para isto, era necessário ambicionar a divulgação mais consistente da língua portuguesa e a participação na vida luso-brasileira. No entanto, segundo os críticos, isto parecia consideravelmente perigoso, já que assim o processo de abasileiramento (*Verbrasilianisierung*) seria privilegiado. Assim, opôs-se a isso que a participação política no Brasil ocorresse totalmente conjugada com a manutenção de relações culturais estreitas com a Alemanha²⁴.

Apesar disso, surgiram obstáculos a estes propósitos. A atitude do Brasil em relação à questão da germanidade foi claramente exposta à esfera pública alemã, quando causaram estupefação as declarações do relator para questões de minoria na Liga Popular Brasileira, Afrânio de Melo Franco, em relação à proteção das minorias. Em seu discurso, proferido no Conselho da Liga Popular em 09 de dezembro, Melo Franco concluiu:

Parece-me indubitável que os planejadores do sistema de proteção não pensaram em criar, no interior de determinados estados, um grupo de habitantes, que se sentisse eternamente estranho ao organismo conjunto da nação; ao contrário, sua intenção era criar, para os componentes deste grupo, um *status* de proteção legal capaz de assegurar atenção à inviolabilidade do ser em todos os âmbitos e de preparar, parte por parte, a organização da unidade nacional completa²⁵.

A polêmica declaração foi recebida e criticada na Alemanha, principalmente por causa de seu poder explosivo no que diz respeito às minorias alemãs em áreas governamentais que pertenciam à Alemanha até a Primeira Guerra. Porém nem os críticos contemporâneos, nem a escritura histórica moderna, com suas concepções eurocêntricas, refletiram sobre o interesse que o representante do Brasil devia ter nesta problemática por causa da minoria alemã significativa, do ponto de vista quantitativo, e que, desde o final da guerra, vinha aumentando. O discurso de Melo Franco refletiu a atitude basicamente cética dos estados do *Cono Sul* frente a uma política da germanidade ativa, dirigida pelo governo alemão. Devido à recusa no Brasil, os julgamentos positivos das perspectivas da conservação do *Volkstum* dos "alemães no exterior" na América Latina tiveram uma restrição no interior das discussões contemporâneas. O posicionamento nesta questão tornou necessário o deslocamento dos interesses da política da germanidade para representantes fora do âmbito do estado.

Os territórios ainda inexplorados no sul do Brasil, cuja vantagem residia na disposição de terra fértil e no fato de que "a germanidade se conservaria pura em relação à raça e à língua²⁶", pareciam ser especialmente ideais para a construção de colônias alemãs puras sob condições climáticas suportáveis. Salientava-se, além disso, que, através de um generoso investimento de capital, poderiam surgir aqui indústrias que, futuramente, abasteceriam o mercado alemão com gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais. A região do Alto Paraná tornou-se, de fato, um importante centro da colonização alemã pós-guerra na América Latina.

Por diversas razões, a emigração para o Brasil, pouco depois do fim da guerra, foi avaliada na Alemanha, *a priori*, com certo ceticismo. Por um lado, ocorriam, ao lado da entrada do Brasil na guerra, levantes contra as organizações de alemães no exterior. Algumas medidas, tais como a proibição de publicações em alemão e o progresso geral do nativismo, constituíam obstáculos à condução da emigração para o Brasil²⁷. A isso se somavam ressentimentos racistas²⁸. Entretanto, quando o Brasil rapidamente recuperou seu *status* de alvo predileto da emigração, isto se deu, em parte, devido ao reconhecimento de boas possibilidades para a reconstrução de colônias fechadas em adesão às comunidades de "ale-

mães no exterior” já existentes no sul do Brasil e à manifestação de interesse da Liga Comercial Teuto-Brasileira em incentivar um projeto com tais características. Além disso, logo depois de terminada a Conferência pela Paz de Paris, o governo brasileiro também mostrou interesse em incentivar a emigração alemã²⁹.

Continuaram a ser ainda a base da política brasileira de imigração determinações que fixavam, entre outras, a idade máxima e média dos imigrantes, definia grupos indesejados, como criminosos, doentes e pobres, e limitava a colonização grupal de estrangeiros. Estas restrições foram reforçadas e complementadas por decreto em 1921 e em 1924. Apesar disso, os incentivos à emigração, em princípio, continuavam. Já em setembro de 1919 intensificou-se, por causa da guerra, a interdição de imigrantes alemães. Foi atrativa especialmente a concessão de um crédito em longo prazo para o pagamento de terra governamental. Ao mesmo tempo, a lei imigratória brasileira garantia aos imigrantes, de início, facilidades como: transporte gratuito para a colônia, alimentação gratuita durante os primeiros dias, possibilidades de trabalho em estradas do governo e construção de ferrovias, atendimento médico gratuito, bem como empréstimo de instrumentos de trabalho, sementes e plantas. Ainda assim, as repartições públicas não estavam preparadas para uma afluência em massa. As tentativas do Ministério de Relações Exteriores, em 1921/22, e depois mais uma vez em 1931/32, de garantir as facilidades através de um acordo da emigração, devido às abrangentes reivindicações alemãs por autonomia cultural, não tiveram êxito³⁰.

A partir de 1919, estabeleceu-se uma nova onda de emigração, incentivada, em parte, pelo governo brasileiro. Apesar disso, devido à lei de emigração alemã e a questões financeiras, as passagens livres, a princípio liberadas, foram suspensas em 1921. Logo em seguida, os custos da travessia foram apenas adiantados aos agricultores dispostos a viajar. O coronel Guilherme Gaelzer-Netto, descendente de alemães, foi designado comissário de emigração para tarefas de propaganda em Berlim. Uma junta consultiva foi designada na legação no Rio de Janeiro³¹.

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná mantiveram, depois de 1918, sua importância como região de colonização preferida dos emigrantes alemães. No Rio Grande do Sul houve ocupação por novos imigrantes e descendentes de alemães dos novos centros Neu-Württemberg e Ijuí, no nordeste do estado, até o curso superior do rio Uruguai. Como a autoridade estadual, depois da guerra, não garantia mais nenhuma facilidade, o número de imigrantes sem recursos aumentou intensamente, principalmente em Porto Alegre³². Migrantes do Rio Grande do Sul e novos imigrantes ocuparam o interior de Santa Catarina. No Paraná, onde o número de colonizadores alemães era mais baixo, a colonização do oeste levou mais tempo. Em todos os três estados, sociedades de colonização, companhias de navegação hanseáticas e bancos desempenhavam um papel importante. Em 1932, o diretor do Instituto para Assuntos Estrangeiros da Universidade de Leipzig, Hugo Grothe, com base em valores anteriores, estimou o número de alemães e descendentes de alemães no Rio Grande do Sul em 360.000; em Santa Catarina em 120.000 e, no Paraná, em 35.000³³.

Na recepção da emigração alemã do período pós-guerra, o estado de São Paulo exerceu um papel diferente. As taxas de crescimento de São Paulo que, desde 1886 já havia recebido mais da metade de toda imigração brasileira, eram atribuídas ao fato de o governo estadual ter assumido mais uma parte dos custos de viagem e garantido outras facilidades, para assim assegurar o aprovisionamento de mão-de-obra mais barata para a economia cafeeira. Simultaneamente, a crescente industrialização do estado atuou como um ímã. Grothe estimou o número de alemães em São Paulo, em 1932, em 95.000³⁴.

O exemplo de São Paulo mostra a problemática da emigração para o Brasil no tempo da República de Weimar de forma significativamente clara. Devido às experiências negativas que os emigrantes alemães tiveram por causa da falta de segurança social e legal, o órgão responsável por emigração no império e outros postos advertiram quanto a contratos com encargos de longo prazo em plantações de café em São Paulo como condição prévia para as facilidades garantidas³⁵.

²⁹ BAP, AA, 29706, AA und RMI an den Vorsitzenden des Beirats für das Auswanderungswesen und Direktor der handelspolitischen Abteilung des AA, Karl Edler von Stockhammern (31.12.1919), anbei “Denkschrift betr. die Ziele der zukünftigen deutschen Auswanderung”. Sobre DBHv: Die deutsch-brasilianischen Beziehungen. In: *Lateinamerika (B)* 2 (1920). p. 108.

³⁰ PAAA, 67094, Reichswanderungsamt, “Merkblatt Nr. 26: Einwanderungs- und Ansiedlungsbestimmungen in Brasilien” (September, 1920), passim. WITTER, José Sebastião. A política imigratória no Brasil. In: *Legislación y política inmigratoria en el cono sur de América. Argentina, Brasil, Uruguay*. Mexico, Instituto Panamericano de Geografía e Historia. 1987. p. 253-260. BICKELMANN, op. cit., p. 41. Sobre os acordos planejados de migração: PAAA, 67098, Reichswanderungsamt an AA (28.1.1922), Anlage 6: “Entwurf von Richtlinien für den Abschluß eines deutsch-brasilianischen a l l g e m e i - n e n Auswanderungsvertrages”; PAAA, 67101, Gesandter Georg Plehn an AA (Rio de Janeiro, 26.6.1924); PAAA, 67119, Freytag, Aufzeichnung (Januar, 1932); ibd., Knipping an AA (Rio de Janeiro, 22.11.1932).

³¹ GÄLZER-NETTO, Guilherme. O departamento de emigração alemã e o Commissariado do Brasil. In: FUNKE, Alfred (ed.). *O Brasil e a Alemanha, 1822-1922*. Berlim, Editora Internacional. 1923. p. 53-56. BICKELMANN, op. cit., p. 31, 41, 91, 100.

³² PAAA, 67148, Konsul Reinhardt an AA (Porto Alegre, 2.5. und 6.9.1921).

³³ GROTHE, Hugo. *Die Deutschen in Übersee. Eine Skizze ihres Werdens, ihrer Verbreitung und kulturellen Arbeit*. Berlim, Zentralverlag. 1932. p. 45.

³⁴ GROTHE, op. cit., p. 45.

³⁵ PAAA, 67156, Plehn an AA (Rio de Janeiro, 9.3. und 21.5.1921).

Apesar disso, agentes como Gaelzer-Netto ou como o teuto-brasileiro Otto Isernhagen, que recebiam apoio das companhias de navegação e de fazendeiros paulistas de café, puderam, também na segunda metade dos anos 1920, registrar sucessos com sua propaganda. Devido à fácil irritabilidade nacional e às possíveis conseqüências para as relações teuto-brasileiras, não foram cogitados procedimentos diplomáticos³⁶.

As reservas existentes em relação ao Brasil como país de imigração foram confirmadas por diversas reclamações sobre os efeitos do “comércio de pessoas” em São Paulo. Através de relatos de eventos revolucionários por que passaram os colonizadores alemães no Rio Grande do Sul, em 1923, as ponderações foram reforçadas. Em São Paulo, em 1924, houve a participação de alemães desempregados na Revolta dos Tenentistas, o que levou a tensões entre Berlim e Rio de Janeiro e a um agravamento das determinações brasileiras quanto à imigração³⁷. Por causa dos inúmeros fracassos de empreendimentos de colonização alemã também nos outros estados, Freeden e outros acusaram os emigrantes por “constantes falhas simples” na América Latina e, principalmente, no Brasil, bem como por prejuízo à reputação alemã³⁸. Atribuiu-se o fracasso de muitas tentativas de colonização ao conhecimento prévio insuficiente sobre agricultura, por parte dos novos imigrantes, à falta de terra governamental agrimensada, pronta para ocupação e também à desvalorização da moeda alemã. O resultado foi um intenso movimento migratório, principalmente para as grandes cidades, e também um alto número de remigrantes. Na ausência de informações oficiais, o número continuamente crescente das viagens grátis de retorno até o final dos anos 1920, garantidas pela Sociedade Alemã do Rio de Janeiro, e a crescente freqüência de ofertas da Associação de Auxílio de São Paulo ou da Central Alemã, do Rio de Janeiro, apontam para esta problemática. Sob pressão do Ministério das Relações Exteriores, as companhias de navegação alemãs reduziram suas tarifas para a viagem de retorno de remigrantes sem recursos. Apesar disso, nem todos os necessitados puderam ser atendidos. Devido aos problemas sociais crescentes, as sociedades assistenciais tinham forte interesse na repressão à emigração³⁹.

Em dezembro de 1930, como primeira medida legisladora do novo governo de Getúlio Vargas, o visto de entrada para passageiros de terceira classe foi limitado a determinados casos excepcionais, e as facilidades para imigrantes foram suprimidas. As tendências nacionalistas no setor da legislação de imigração aumentaram mais ainda no tempo que seguiu e culminaram, em 1934, no modelo de cotas, assimilado dos EUA. O número de imigrantes alemães, por causa da situação econômica de crise no Brasil, e seguindo a tendência geral da emigração alemã além-mar, continuava diminuindo no início dos anos 1930. Quando a porcentagem de alemães na imigração brasileira, segundo estatísticas brasileiras, elevou-se razoavelmente mais uma vez depois de 1930, ficou claro, então, que a política de cotas voltava-se, principalmente, à imigração de países como o Japão. O número de alemães e de descendentes de alemães, na população, foi estimado por Grothe, em 1932, em 685.000⁴⁰.

A discussão sobre uma política da germanidade no Brasil foi conduzida pelos representantes das diversas organizações de interesse e sociedades em vários estados, por escolas e inúmeras associações alemãs, bem como pelas igrejas. Estes atores sociais perseguiram o objetivo de cooperar com a manutenção da germanidade e reagir contra tendências de aculturação entre os “alemães no exterior”. A motivação para esta atitude era fundamentada de forma diversa, de acordo com a situação de interesse. De um lado, a diversidade de organizações, a falta de coordenação e as rivalidades entre as sociedades de cidadãos do Império Alemão e, de outro, a crescente pressão pela aculturação na América Latina e a heterogeneidade dos grupos de “alemães no exterior”, impediram, contudo, uma ação conjunta rumo a um único objetivo.

As associações de “alemães no exterior” surgidas, em parte, já no século XIX, constituíram lugares de encontro com o intuito de contribuir para a manutenção da identidade cultural – ou da germanidade – através da conservação de tradi-

³⁶ MARTIN, Kurt. Deutsche Arbeit in São Paulo. In: *Lateinamerika (B)* 4 (1922). p. 374-375. Auswandererverbungen für Brasilien. In: *Nachrichtenblatt der Reichsstelle für das Auswanderungswesen* 8 (1926). p. 1-2. Sobre as censuras a Gaelzer-Netto: PAAA, 67099, Plehn an AA (Rio de Janeiro, 10.4.1922).

³⁷ PAAA, 67157, Gesandtschaftsrat Carl Pistor an AA (São Paulo, 28.8.1924); PAAA, 67101, Plehn an AA (Rio de Janeiro, 25.11.1924); Plehn an AA (Rio de Janeiro, 28.11.1924), *ADAP*, Serie A, Bd. 11, 472-474.

³⁸ Sobre o prejuízo da reputação alemã: PAAA, 67099, Deutscher Ausschulß für Einwandererfürsorge (Rio de Janeiro, April 1922); 67151, “Bericht des Konsul Dr. Dittmar in Florianopolis über seine Dienstreise in den Nordosten des Staates Santa Catarina vom 21.11 bis 9.12.1927”.

³⁹ Sobre a problemática da remigração: PAAA, 67094, Reichswanderungsamt an AA (6.9.1920); PAAA, 67905, Auswanderungssachverständiger Seelheim an AA (Rio de Janeiro, 12.7.1921); PAAA, 67100, Gesandtschaftsrat Graf Bassenheim an AA (Rio de Janeiro, 17.5.1924); FREEDEN. Die deutsche Auswanderung nach Südamerika. p. 82-83; BICKELMANN, op. cit., p. 17-18, 146.

⁴⁰ GROTHE, op. cit., p. 45.

ções e normas alemãs, e da língua materna, principalmente por meio das instituições dirigidas por elas, como escola e igreja. Esta pretensão ligava-se estreitamente a um sentimento de superioridade cultural. Principalmente nas imediações da cidade, onde a interação com o ambiente estranho era inevitável e o número de cidadãos do Império Alemão na comunidade era alto, ambicionava-se uma autoapresentação como unidade fechada, apolítica, respeitável e trabalhadora⁴¹.

No Brasil, os tumultos contra propriedades de “alemães no exterior” e os propósitos antigermânicos do governo, em 1917/18, haviam prejudicado gravemente as estruturas das associações. Mal terminada a guerra, contudo, elas puderam se reconstituir. Devido à heterogeneidade dos grandes grupos de alemães e descendentes de alemães, principalmente no sul do Brasil, existiam aqui, como antes de 1914, bem mais de cem dessas associações. As sociedades das classes superiores importantes para as relações com a Alemanha restringiam-se aos centros urbanos⁴².

Em 1886, fundou-se, em Porto Alegre, uma Liga de Sociedades Alemãs como representação de interesse da germanidade. Estas inserções continuaram nos anos 1920. Em 1920, surgiu uma Central Alemã das Associações no Rio de Janeiro, para tratar coletivamente de problemas sociais entre os imigrantes. Ligas culturais similares surgiram novamente em 1929 no Rio Grande do Sul e, em 1931, em São Paulo. Nas juntas profissionais também houve fusões. Já em 1916 havia surgido a influente Liga de Firmas Teuto-Brasileiras, que uniu os representantes comerciais mais importantes e desempenhou um papel central na relação com o império alemão. O professorado criou, primeiramente, ligas regionais e, em 1926, então, uma Liga Nacional de Professores Teuto-Brasileiros. A fundação de uma Liga de Agricultores Alemães no Brasil em 1927 teve êxito apenas em São Paulo e em Minas Gerais. Em 1931, foi fundada, em Porto Alegre, uma Liga Alemã de Artífices⁴³.

Estas sociedades esbarravam freqüentemente no ceticismo do grupo heterogêneo de teuto-brasileiros. Além disso, era também impeditiva a velocidade de assimilação, crescente nos anos 1920 e acelerada pelas medidas político-culturais dos órgãos públicos brasileiros, que não se deixou deter nem mesmo nas comemorações de cem anos da imigração alemã, em 1924. Depois das experiências negativas durante a Primeira Guerra Mundial, a consideração do cenário luso-brasileiro também desempenhou um importante papel no que diz respeito às reservas referentes à criação de organizações centrais da germanidade, o que foi bastante oportuno por causa da reação negativa do governo do Rio Grande do Sul à fundação da liga em Porto Alegre em 1929⁴⁴.

Até o fim da Primeira Guerra Mundial, a posição de poder da Alemanha e o patriotismo crescente eram fatores importantes para grande parte dos grupos de “alemães no exterior”. O fim do império lançou muitos “alemães no exterior” numa crise de identidade. As notícias da saída da guerra e dos fatos ocorridos na Alemanha em 1918/19 surpreenderam os “alemães no exterior” e tiveram efeitos chocantes⁴⁵. Segundo a opinião dos diplomatas do império ainda em exercício e de grande parte da imprensa de língua alemã, os “alemães no exterior”, em conformidade com o ocorrido, adotara, desde o início, uma atitude de recusa à revolução. Já anteriormente havia surgido também na América Latina a *Dolchstoßlegende*⁴⁶, e o Tratado de Versalhes reforçava a tendência a uma forma de pensamento anti-republicana⁴⁷.

Devido a esta disposição geral de ânimos, não é de se admirar que vozes que aclamavam os fatos na Alemanha e as novas formas de governo, em termos comparativos, tenham sido raras. Todavia, mostrou-se, justamente nelas, que a representação ideal direitista da germanidade estrangeira, unida pela oposição de classes e partidos, começava a ruir de forma desastrosa. O conflito entre os “alemães no exterior”, que já havia se manifestado antes de 1914, entre outras, nas discussões entre liberais, católicos e protestantes, assumiu novas formas. Com isso, ficou claro que as frentes ideológicas, importadas com a nova imigração,

⁴¹ ROCHE, op. cit., p. 483.

⁴² PAAA, 60027, *Jahresbericht des Deutschen Hilfsvereins in Rio de Janeiro, Verwaltungsjahr 1919* (Rio de Janeiro: Deutscher Hilfsverein, 1920), 7-23; Reichsstelle für das Auswanderungswesen, *Deutsche Vereine in Südamerika, Merkblatt Nr. 46*. Berlin, Zentralverlag, 1926. p. 8. ROCHE, op. cit., p. 482-487. LUEBKE, Frederick. *Germans in Brazil. A Comparative History of Cultural Conflict During World War I*. Baton Rouge – London, Louisiana State UP, 1987. p. 191-193, 213-214.

⁴³ PAAA, 60027, Plehn an AA (Rio de Janeiro, 27.9.1922); PAAA, 60028, Konsul C. Walbeck an AA (Porto Alegre, 5.6.1929 und 3.5.1931). *Deutsche Zeitung*. São Paulo (20.4.1931). Die deutsch-brasilianischen Beziehungen. Aus dem brasilianischen Deutschtum. In: *Lateinamerika (B)* 2 (1920). p. 108-109. GERTZ, René Ernaini. Politische Auswirkungen der deutschen Einwanderung in Südbrasilien. Die Deutschstämmigen und die faschistischen Strömungen in den 30er Jahren. Berlin, Diss. 1980, p. 77-78. A junta de ligas alemãs em São Paulo realizou sua primeira reunião popular ordinária apenas no final de 1932; PAAA, 60028, Generalkonsul Speiser an AA (São Paulo, 16.11.1932).

⁴⁴ PAAA, 60027, Konsul Reinhardt an AA (Porto Alegre, 2.8.1921); PAAA, 60028, Konsul Pamperrien an AA (Bahia, 28.1.1930); ibd., Walbeck an AA (Porto Alegre, 5.6.1929). LUEBKE., op. cit., p. 214-217.

⁴⁵ SENGLER, Rolf. *Das Auslandsdeutschtum in Iberoamerika und der Weimarer Staat. Dargestellt vornehmlich an Hand seiner Presse*. Quakenbrück, Trute. 1934. p. 8-12.

⁴⁶ A “Dolchstoßlegende” (lenda da punhalada) é uma teoria de conjuração que pretende que a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial aconteceu apenas por uma traição interna, ou seja, pela revolução esquerdista de 1918/19.

⁴⁷ Ibidem, p. 14-15.

tornaram-se bem mais rigorosas mediante a aceitação de filiações partidárias de cidadãos do Império alemão.

No Brasil, no período pós-guerra, a mobilização política dos “alemães no exterior” em favor de forças monárquicas ou republicanas limitava-se a centros locais. Com isso, as disputas políticas foram importadas junto com a emigração pós-guerra e, essencialmente, discutidas pelos cidadãos do Império alemão no Brasil. Aos centros com grande número de cidadãos do Império alemão se somava, ao lado das cidades do sul do Brasil e da capital, também a cidade de São Paulo, em cujo grupo de “alemães no exterior” rapidamente crescente, o novo embaixador da Alemanha, logo após sua posse, no início de 1921, pensou reconhecer uma concordância surpreendentemente alta em questões políticas. Dos círculos comerciais teuto-brasileiros, na maioria monárquicos, até os trabalhadores socialistas, mostrou-se a ele boa vontade para o trabalho conjunto. Esta avaliação otimista, entretanto, relativizou-se depois de alguns meses de atividade oficial⁴⁸.

Como reação à radicalização política interna na Alemanha e aos assassinatos políticos perpetrados por extremistas de direita militantes em 1921/22, surgiram uniões republicanas alemãs em São Paulo, Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Em chamadas para a fundação da união republicana de Porto Alegre, em outubro de 1922, tornou-se claro que o objetivo idealista da unidade da germanidade no exterior não havia perdido seu vigor. Naquele momento, a perseguição deste objetivo, contudo, teve de recuar para trás da defesa a intencionadas na Alemanha e da propaganda monárquica ativa da direita de “alemães no exterior”. Para isto, pediu-se formalmente a união de todas as forças republicanas⁴⁹.

A esperada mobilização dos democratas não obteve êxito, todavia, nem na união republicana em Porto Alegre, liderada por Paul Hanke, nem em outras cidades. A afluência continuou pequena, e os membros limitavam-se, em grande parte, a partidários do SPD. *A priori*, as organizações mantiveram contato com a embaixada alemã e com os consulados, e foram auxiliadas por eles com material informativo. Os representantes diplomáticos e consulares, com isso, colocaram como condição a repressão a tendências radicais. Já em 1923 impunha-se, todavia, em Porto Alegre, o grupo para o órgão de publicação da recém-surgida liga dos trabalhadores socialistas, *Der Freie Arbeiter* (O trabalhador livre), na união republicana. Por conseguinte, intensificou-se a crítica à cooperação do consulado com a elite comercial monárquica. No Rio de Janeiro, ao contrário, o contato com os representantes oficiais foi mantido, já que aí prevaleciam as forças moderadas⁵⁰.

A irrelevante eficácia das uniões republicanas deve, não por último, ter contribuído para que os agrupamentos monárquicos dominassem entre os “alemães no exterior” do Brasil. Uma grande parte da imprensa de língua alemã, desde os folhetins provincianos até o *Deutsche Rio Zeitung* e, *cum grano salis*, até o dominante *Deutsche Zeitung* em São Paulo, tomou parte na disseminação dos comentários e editoriais antidemocráticos, muitas vezes recebidos diretamente da Alemanha. Os *Auslandsdeutsche*, organizados nas sociedades-Germânia ou na associação de firmas teuto-brasileiras, auxiliavam esta transmissão. Também partidários do movimento de orientação nacionalista, racista, anti-semita e neo-pagã-religiosa encontraram o seu foco no *Urwaldsbote* de Blumenau ou em grupos locais do *Stahlhelm*⁵¹ em Florianópolis e em Joinville.

No decorrer dos anos 1920, uniões republicanas, monarquistas e de direita travaram inúmeras discussões, algumas vezes, violentas. Trata-se aí de conflitos internos dos interesses alemães que, apesar disso, ganharam dimensão internacional devido ao significado atribuído aos “alemães no exterior”, bem como ao forte prejuízo para a reputação da República de Weimar no exterior. Os símbolos republicanos eram rejeitados principalmente pela elite dos “alemães no exterior”.

As elites anti-republicanas, que tinham a pretensão de falar em nome da germanidade no exterior, em conjunto com os representantes de seus interesses

⁴⁸ PAAA, 78999, Plehn an AA (Rio de Janeiro, 9.3.1921 und 10.1.1922).

⁴⁹ PAAA, 78999, Deutsch-Republikanische Vereinigung Porto Alegre, Gründungsaufwurf (Oktober 1922).

⁵⁰ PAAA, 78999, Dähnhardt an AA (Porto Alegre, 8.8.1922 und 19.2.1923); ibidem, Plehn an AA (5.4. und 26.8.1923). Sobre *Freien Arbeiter* vide capítulo VII, 3.a).

⁵¹ O “Stahlhelm” foi uma federação paramilitar alemã de orientação extremo-conservadora e anti-republicana, fundada em 1918 por veteranos da Primeira Guerra Mundial.

na Alemanha, passaram a influenciar a política interna alemã, o que resultou, já nos anos 1920, em cooperações centrais que se espalhavam nos dois países.

Uma ação coordenada foi instituída pela primeira vez mediante uma lista de assinaturas para a manutenção das cores imperiais preto, branco e vermelho⁵². Impunha-se, no interior dos grupos de alemães no Brasil, menos que na Alemanha, uma atitude positiva frente à república alemã. A maioria identificava-se com o brilho de outrora do império guilhermino e esperava a reconstituição da monarquia.

Comparando esta situação com os anos do período pós-guerra, estabelecia-se, no final dos anos 1920, uma trégua no agressivo combate contra a República de Weimar pela direita de alemães no Brasil. Sob a superfície aparentemente calma, contudo, faziam-se cada vez mais perceptíveis as correntes radicais entre os “alemães no exterior”. Ao lado da agitação alemã, tinha lugar, entre os “alemães no exterior”, a propagação do nacionalismo novo e do *völkisch*.

Pensamentos como o anti-semitismo, o pensamento do Estado antiliberal, o mito do *Führer*, a esperança, relacionada a isso, na reascensão da Alemanha no Terceiro *Reich* e, principalmente o conceito central de *Volk* (povo), de especial significado para os “alemães no exterior”, foram divulgados também por pastores evangélicos, professores recrutados após a guerra nas escolas de língua alemã e pela imprensa alemã no exterior conservadora⁵³. Distinguiu-se, aí, principalmente, o *Urwaldsbote* de Blumenau, cujos comentários anti-semitas e *völkisch* foram acentuados desde o início dos anos 1920 na Alemanha, causando escândalo aos partidários da república⁵⁴.

Assim, não era de se admirar que o primeiro grupo regional do NSDAP (Partido Nacional-Socialista Alemão) no exterior tenha sido fundado em 1928 em Timbó, perto de Blumenau⁵⁵. Como em muitos outros países latino-americanos, o grupo nacional brasileiro do NDSAP foi reconhecido oficialmente na Alemanha em 1931. Outros grupos locais surgiram em cidades grandes, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mas também em Blumenau, Joinville ou Ijuí. Não obstante o número relativamente baixo de membros do grupo nacional – comparado ao alto contingente de cidadãos do Império Alemão no Brasil – num primeiro momento, e apesar dos vários conflitos surgidos, tal grupo realizava uma atividade dinâmica⁵⁶.

A unidade monolítica, asseverada fervorosamente em publicações comemorativas de associações ou de outras publicações das classes superiores de “alemães no exterior” e que se tornou expressão do conceito *Deutschtum* (germanidade), era uma construção idealizadora. A heterogeneidade dos grupos de “alemães no exterior” era evidente. A pertença a classes sociais diferentes com objetivos políticos concorrentes era especialmente importante. A disseminação regional, as diferentes experiências de vida na cidade e no campo e as oposições entre os cidadãos do império alemão e os descendentes de alemães, de forma dissociada, também surtiam efeito. Depois da Primeira Guerra Mundial, foi acentuado o processo de aculturação dos alemães no Brasil, principalmente nas grandes cidades. Tal processo era incentivado pelas medidas político-escolares. A causa principal para este desenvolvimento estava na crescente diferença entre as realidades de vida e os interesses das classes sociais isoladas. A derrota da Alemanha na guerra e as decepções daí resultantes também cooperaram para o afastamento da germanidade.

Com a ascensão do nacionalismo, a política oficial da germanidade viu-se entregue à crescente desconfiança das autoridades brasileiras. Com isto, as medidas para a condução da emigração ou para a promoção da solidariedade dos “alemães no exterior” para com a Alemanha foram consideradas suspeitosas de desprezar a política de assimilação. A explicação de Melo Franco na liga popular havia mostrado que não existia lugar para o cultivo oficial das representações *völkisch*. Tanto mais prejudicial no Brasil foi a propaganda intensa da direita extrema, na verdade, insignificante em termos numéricos, mas barulhenta. A política oficial da germanidade deixou quase sempre a desejar medidas para uma mudança progressiva desta atitude no sentido de uma formação cívica ou de um incentivo a

⁵² RINKE, Stefan. Export einer politischen Kultur. Auslandsdeutsche in Lateinamerika und die Weimarer Republik. In: KARLEN, Stefan; WIMMER, Andreas (ed.). *Integration und Transformation. Ethnische Gemeinschaften, Staat und Weltwirtschaft in Lateinamerika seit ca. 1850*. Stuttgart, Heinz. 1996. p. 353-380.

⁵³ Sobre o papel da igreja evangélica, vide PRIEN, Hans-Jürgen. *Evangelische Kirchwerdung in Brasilien. Von den deutschen evangelischen Einwanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien*. Gütersloh, Gerd Mohn. 1989. p. 402-421. DREHER, Martin. *Igreja e germanidade. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo, Sinodal. 2003. Zu den Lehrern: BLANCPAIN, op. cit., p. 470-471. S.a. NEWTON, Ronald. *German Buenos Aires, 1900-1933. Social Change and Cultural Crisis*. Austin – London, University of Texas Press. 1977. p. 170-174.

⁵⁴ PAAA, 122075, Konsul Freytag, Aufzeichnung (3.11.1928)

⁵⁵ GERTZ, René Ernaini. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1987. MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, Ed. da UNICAMP. 1998. MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945*. Stuttgart, Heinz. 1997. p. 95.

⁵⁶ PAAA, 60028, Konsul Walbeck an AA (Porto Alegre, 20.8.1931); PAAA, 79001, Speiser an AA (São Paulo, 29.8.1932). Sobre o programa do grupo local no Rio de Janeiro, cf. os anúncios no jornal *Deutschen Rio-Zeitung*, 1932 passim. Sobre o surgimento de grupos locais, dentre outros, GERTZ, “Politische Auswirkungen”, 119-123 und 130-131. S.a. BARTELT, Dawid. ‘Fünfte Kolonne’ ohne Plan. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien, 1931-1939. In: IAA, Neue Folge 19 (1993). p. 10.

associações categoricamente republicanas. Em vez disso, ativou-se uma política conciliadora com a qual deveria ser promovido, em longo prazo, pelo menos um republicanismo racional. Todavia, as medidas tiveram efeitos contra-produtivos, pois ajudaram a preparar o terreno sobre o qual o nacional-socialismo pôde prosperar.

Artigo recebido em 19.07.2008 e aprovado em 12.12.2008.